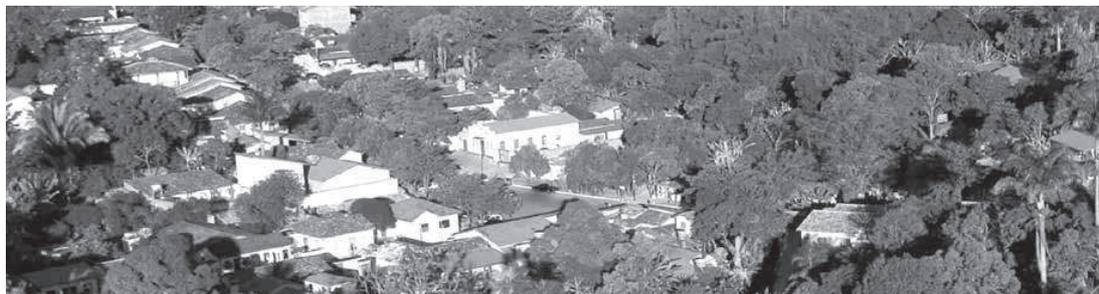


## tradução



# RECURSOS ZOOGENÉTICOS, NEOCOLONIALISMO E FOME: SEM SOBERANIA POLÍTICO-ECONÔMICA NÃO PODE HAVER SOBERANIA ALIMENTAR

Juan Vicente Delgado<sup>1</sup>

tradução de Karla Fernanda Fonseca Correa Avanço<sup>2</sup>

## Introdução

No presente trabalho, será debatido como o neocolonialismo, basicamente econômico, está afetando o patrimônio zogenético e, conseqüentemente, cultural dos países não desenvolvidos, sendo a transculturação, a desagregação e a fome alguns dos efeitos da dependência externa dos países em termos políticos e econômicos.

Serão expostas as origens da situação injusta em que vivem os países não desenvolvidos, uma injustiça que parte deles mesmos e chega ao plano internacional. Para tanto, a discussão terá início na história, passando pela análise da conjuntura política mundial, para se comentar os problemas do setor primário na Espanha e em Portugal como exemplos próximos do desenvolvimento, assim como o estereótipo de países não desenvolvidos como produtores de matéria-prima ou exportadores de mão de obra industrial de baixo-custo.

Uma vez descrito o problema, serão buscadas soluções para o uso dos recursos genéticos próprios como base para o desenvolvimento, propondo-se atuações para se adaptar nossa filosofia à realidade impetuosa da globalização.

1. Presidente da Red CONBIAND (Asociación sobre la Conservación de la Biodiversidad de los Animales Domésticos Locales Para el Desarrollo Rural Sostenible), Departamento de Genética, Universidad de Córdoba (Espanha).

E-mail: <juanviagr218@gmail.com>.

2. Tradutora da revista *Ciência Animal Brasileira*, da Escola de Veterinária da UFG.

E-mail: <karlavanco@gmail.com>.

### **Como chegamos à situação atual?**

A colonização do planeta pelos animais domésticos começou no Neolítico, no Oriente Próximo, onde “seres humanos caçadores e coletores”, cansados de correr atrás de manadas de animais selvagens, decidiram se assentar para formar o que poderia ser chamado de “ser humano rural”, o que foi uma das grandes revoluções da nossa espécie.

Essa forma de vida teve como consequência a domesticação de numerosas espécies selvagens de animais e vegetais, iniciando-se um processo de transformação genética para se conseguir animais adaptados às condições domésticas, cada vez mais distantes de seus semelhantes selvagens.

O êxito alcançado permitiu uma explosão demográfica para o ser humano e, com ela, a necessidade de emigrar, de conquistar outras partes do planeta, ainda inexploradas, para as atividades agropecuárias. Dessa forma, realizaram-se invasões até o norte e o centro da Europa através do Danúbio; também até o Ocidente pela costa europeia do Mediterrâneo; do mesmo modo, pela costa africana desse mar, penetrando na Europa através do Estreito de Gibraltar; mas também até a Ásia e, a partir daí, até a Austrália (cão Dingo) e o sul do continente africano. Somente a América e, parcialmente, a Austrália tiveram processos domesticadores isolados e independentes que implicaram outras espécies diferentes como o porquinho-da-índia e os camelídeos andinos.

A partir desse momento, iniciou-se um processo diversificador dos recursos genéticos para enfrentar a vida nos ecossistemas diversos que os humanos haviam conquistado. Esse processo diversificador produziu a formação de inúmeras raças e variedades de animais e plantas, que nos permitiram nos alimentar em quase qualquer lugar do planeta. O ser humano rural caracterizava-se por seu grande aproveitamento do território e os assentamentos eram amplamente disseminados.

Essa situação se manteve até a revolução industrial, na qual a produção em série concentrou a população humana em grandes cidades, na busca pelas melhores condições de vida que ali se alcançavam. O “ser humano rural” transformou-se, então, em um “ser humano urbano”, sendo essa outra das grandes revoluções do planeta.

Em termos de biodiversidade, a revolução industrial foi uma má notícia, especialmente para a produção animal. Os subprodutos que se geravam na transformação em série de produtos agrícolas (açucareiros, farinheiros, algodoeiros

etc.) forneceram a base de uma disciplina da zootecnia, a “alimentação animal”. Nasceram as rações e os suplementos compostos e, com eles, os sistemas intensivos.

Esses sistemas permitiam solucionar alguns dos grandes problemas do ser humano urbano, como a demanda concentrada e crescente de alimentos. Os sistemas intensivos permitiram concentrar as produções animais nos cinturões periurbanos, aumentando ainda mais o abandono do campo.

O ser humano urbano caracteriza-se ainda pela concentração demográfica e o abandono de áreas difíceis e inóspitas (reservadas geralmente ao gado). Antes necessitávamos de muitos genótipos para produzir em qualquer parte, agora precisamos de muito poucos genótipos adaptados a uma única situação, o sistema intensivo.

Isso nos levou, no fim do século XX, a nos darmos conta de que estávamos perdendo nosso patrimônio genético animal e vegetal, e começamos a temer pelo que poderia acontecer se mudanças políticas, sociais, ecológicas e econômicas nos demandassem uma transformação dos nossos sistemas de produção e dos animais adaptados aos mesmos. Para enfrentar essas demandas, necessitaríamos de diversidade genética, que estávamos dilapidando sem piedade. Se o problema era sério para os países desenvolvidos, não era menos sério para os não desenvolvidos, com o agravante de que os últimos estavam extinguindo sua biodiversidade doméstica para enfrentar demandas externas (economia voltada para exportação).

A revolução industrial triunfou na Europa até que os recursos europeus se tornaram insuficientes para enfrentar as demandas de suas indústrias, o que foi solucionado com uma imensa pressão colonial ou, em alguns casos, pós-colonial, sobre as regiões que não haviam alcançado seu desenvolvimento organizacional, como a América Latina, a África e a Ásia.

A América do Norte e a Austrália rapidamente se incorporaram à estrutura europeia, já que as organizações político-econômicas europeias transplantaram-se rapidamente para essas regiões. As regiões não organizadas mencionadas formam hoje em dia a sede da fome e da pobreza; por isso não podemos deixar de pensar que o que ocorre hoje está sustentado por acontecimentos ocorridos na época de transição, do período colonial até a independência.

No século XIX, a burguesia das colônias alcançou seu desenvolvimento máximo e começou a sentir-se cansada dos privilégios dos metropolitanos, cansada, sobretudo, de pagar impostos para manter uma economia subordinada aos desígnios da metrópole. Incentivada por potências estrangeiras inimigas de suas respectivas metrópoles, floresceram nela sentimentos nacionalistas que levaram a guerras por independência. Seu êxito levou à formação de uma sociedade pós-colonial, que foi a base das estruturas atuais dos países não desenvolvidos.

Na África e na Ásia, mantiveram-se altos níveis de diversidade genética animal, consequência de sua história; na América Latina, a formação de raças foi um processo que começou no século XV. De qualquer maneira, as colônias, dedicadas à produção de matérias-primas para as metrópoles, seguiam mantendo suas raças para alimentação de forças do trabalho escravo e servil.

A independência teria sido uma situação perfeita se tivesse se desenvolvido sem a influência de outras potências estrangeiras, mas, lamentavelmente, as guerras de independência foram financiadas com a dívida externa muito voraz e persistente, promovendo uma nova transformação socioeconômica e política, que poderíamos chamar de “neocolonialismo” ou “colonialismo econômico”:

1. Antes se pagavam impostos à metrópole, agora se pagam juros da dívida a potências estrangeiras.

2. Antes a soberania estava subordinada política e, economicamente, a decisões da metrópole, agora está subordinada aos interesses econômicos das multinacionais e dos governos estrangeiros.

3. A dívida se paga em divisas que são obtidas por meio da exportação de matérias-primas. As economias nacionais se planificam para a obtenção de divisas e não para o desenvolvimento interno.

As consequências dessa situação têm sido, entre outras:

1. Países exportadores de proteínas animais e vegetais têm os mais altos níveis de pobreza e subalimentação de sua população.

2. Existe maior preocupação com a dívida que com os interesses dos cidadãos, especialmente os mais pobres.

3. No mundo pecuário, os governos mantêm políticas de desenvolvimento da produção baseadas na exportação e não no desenvolvimento endógeno apoiado em atividades econômicas internas.

4. A dependência tecnológica exterior é gerada e cresce, já que é preciso produzir como o cliente quer e isso gera mais dívida.

5. As universidades ensinam conteúdos alheios e formam pós-graduados em países anglo-saxões e do centro da Europa com realidades muito distintas.

6. Os países não desenvolvidos têm um baixo Produto Interno Bruto e destinam à pesquisa muito pouco do mesmo.

7. A influência das multinacionais zootécnicas infiltrou-se na pesquisa, estimulando produção científica de “impacto”, de interesse para os países desenvolvidos, utilizando-se o esforço dos pobres para solucionar os problemas dos ricos e esquecer a própria realidade.

8. Fomenta-se a importação de raças exóticas de animais sem os necessários estudos prévios de adaptação.

9. Os programas de melhoramento genético animal, no Terceiro Mundo, basearam-se no cruzamento com raças exóticas, na importação de animais melhorados avaliados em outras condições ambientais e na aplicação de modelos de melhora alheios à própria realidade.

A perda das colônias espanholas no século XIX mergulhou o país em um marasmo e uma depressão que deteve seu desenvolvimento. A Espanha se manteve como um estado eminentemente rural em que o setor primário chegou a responder por 60% do Produto Interno Bruto e da população ativa dedicada a essas atividades majoritárias.

Esse atraso nos presenteou hoje com o fato de sermos o país com a maior biodiversidade da Europa, embora tenha havido influência de nossa origem histórica com os reflexos das múltiplas civilizações e das variáveis de seus ecossistemas. Até a recente crise, a Espanha gozava de um período de desenvolvimento e grande bonança econômica tendo ocupado a oitava posição mundial em termos de riqueza nacional. País tradicionalmente emigrante, a Espanha recebeu grandes migrações da América, Europa do leste e África, até aproximar-se de 10% de população total constituída por imigrantes.

Entretanto, os países não desenvolvidos, como consequência dos abusos do neocolonialismo e da nefasta administração interna, debatem-se em contínuas crises econômicas, sociais e políticas que estão levando muitos deles a cair nas mãos do populismo demagógico, que adormece seus problemas, mas não os soluciona.

### **Conjuntura mundial atual**

A maior parte das ciências avançou espetacularmente no último século. A bioquímica, a genética, todas as disciplinas da medicina, a engenharia, entre outras, nos levaram exponencialmente até a modernidade; porém, onde têm estado os especialistas em ciências sociais e políticas? Onde têm estado os economistas?

Em pleno século XXI vimos o comunismo fracassar estrondosamente e seguimos vivendo dentro das leis obsoletas do capitalismo. Devemos ser conscientes de que necessitamos um novo modelo, diferente de tudo o que é conhecido até agora, e os pesquisadores devemos trabalhar duro para descrevê-lo.

O capitalismo baseia-se na dinâmica da pedra lançada ao ar; quando deixa de subir, imediatamente começa a descer; por isso nos vemos obrigados a cres-

cer continuamente, já que quando paramos entramos em recessão. Os países desenvolvidos têm alcançado tal nível, que suas economias quase não dispõem de capacidade para crescer. Na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, todo mundo tem automóvel, televisão e pode sair de férias, é muito difícil crescer acima de 2% em tal situação. Isso situa nossos países sempre à margem da recessão.

O que podemos fazer para solucionar esse problema? Alguém pensou em globalizar a economia, isto é, que os produtos capitais fluíssem livremente, sem restrições, impostos ou qualquer outro obstáculo. Dessa forma, os ricos poderiam ascender aos segmentos com capacidade de compra nos países pobres. Como se lê isso? Muito simples, o Terceiro Mundo abre suas portas aos bens de produção, produtos transformados e tudo aquilo que tenha um alto valor agregado, enquanto que o Primeiro Mundo sacrifica seu setor primário a matérias-primas procedentes dos países em vias de desenvolvimento.

Naturalmente, para isso ninguém nos perguntou, nenhum referendo foi feito e a hipótese do “Big Brother” volta a surgir. Nesse caso, o grande irmão é o neocolonialismo. Os países em vias de desenvolvimento, afogados pela dívida externa e pela quebra de sua classe política, subordinam, uma vez mais, suas decisões para resolver seus próprios problemas aos desígnios de não se sabe quais interesses. Nem europeus, nem japoneses, nem estadunidenses, como povo, desejam as transformações que um mundo globalizado nos trará, mas aí está, não podemos evitá-las.

Só nos resta utilizar os recursos a nosso alcance para nos defendermos desses interesses globais, que realmente são os interesses de poucos. Dentre eles está a fidelidade a nossa história, nossa cultura e nosso patrimônio. A solução pode estar na revalorização dos produtos tradicionais de cada país, na defesa do que é próprio por meio de figuras



de proteção, no estabelecimento de políticas de desenvolvimento endógeno, na utilização de nosso patrimônio genético etc.

A globalização afetará negativamente o setor primário tanto nos países desenvolvidos quanto nos não desenvolvidos, já que será favorecido o agronegócio, ou seja, a produção em grande escala, frente aos produtos locais tradicionais. Os escassos sobreviventes do setor primário na Europa serão obrigados a desenvolver um grande investimento tecnológico para evitar a repercussão do alto custo da mão-de-obra no produto.

O agronegócio dos países em vias de desenvolvimento e a tecnificação dos sistemas na Europa ameaçam nossa biodiversidade, nossa diversidade cultural e nossa soberania alimentar. A utilização de organismos geneticamente modificados parece ser incontrolável devido à competitividade das agroempresas de um e outro lado. Somente a sensibilização de nossos povos a favor de sua própria cultura e a aplicação de figuras de proteção das produções e dos produtos, justificadas por razões ecológicas e sociais, podem fazer frente à terrível situação que virá.

Não pode haver soberania alimentar se os países não contam com uma clara soberania política e econômica, coisa que hoje não ocorre e que provavelmente piorará com a globalização. A soberania é a capacidade de decisão e é disso que se necessita; os poderes econômicos supranacionais planejando a política, a economia e a alimentação das nações. Provavelmente, a solução do problema da fome está na capacidade da autodeterminação real das nações e na capacidade de cooperar e relacionar-se entre elas de uma maneira justa e equitativa. Ao menos isso nos parece visível, garantir a utilização dos recursos zoológicos para o desenvolvimento endógeno dos povos.

## **Problemas para o setor primário da Espanha e de Portugal**

Esses países, historicamente agropecuários, transformaram-se, no presente, em países industriais e de serviços. O setor primário passou, nos últimos 60 anos, da geração de 60% das riquezas nacionais, a taxas não superiores a 3,5%; de dar emprego a mais de 50% da população a não ocupar mais do que 8% a 9% da população ativa.

Para se ter uma ideia, basta dizer que um país como a Espanha, com 44,5 milhões de habitantes, recebe 50 milhões de turistas estrangeiros por ano. O setor de serviços gera 60% da economia do país e a indústria gera 17%; se incluirmos a construção, observaremos como todo o setor primário, especialmente a agricultura e a pecuária, encontra-se em perigo de extinção. Foi fácil sacrificar o setor primário para a globalização, seu papel econômico é muito pequeno. Cedeu-se ao desmantelamento tarifário frente às importações, renunciou-se a subsidiar os produtores agrários, desvincularam-se as subvenções da produção; em suma, os camponeses estão sendo transformados em classes passivas, apenas para que não abandonem seus povoados.

As medidas que já estão entrando em vigor estão desligadas das ajudas. Em outras palavras, irá se subsidiar a produção, consolidar os direitos a apoios econômicos, pagar mesmo na ausência da produção. O leitor pode imaginar o impacto que isso tem na autoestima do camponês europeu, em quem se cria um sentimento de bom para nada, de mendigo, difícil de ser superado. Contudo, não há outro remédio, com os níveis de renda agrária existentes na Europa (salários mínimos em torno de 500 dólares), as produções europeias primárias não são competitivas em um mundo em que os salários raramente superam 120 dólares. Um setor tão pequeno, com tão

pouca repercussão, pode ser financiado renunciando-se à produção, e assim está sendo feito.

Evidentemente, ninguém nos explicou ou perguntou, mas assim está sendo feito. A prioridade está em manter as pessoas em seus povoados, independentemente de elas produzirem ou não. Os sobreviventes desse caos só vão poder optar por duas figuras muito polarizadas. Por um lado, a hiperintensificação altamente tecnificada de baixa exigência de mão de obra; por outro lado, a pequena produção tradicional sob alguma figura de proteção como as denominações de origem, as indicações geográficas protegidas, os produtos ecológicos e integrados e as marcas de qualidade. Nada ficará no meio e isso será um duro golpe para a tradição desses países.

### **O Terceiro Mundo como produtor de matérias-primas**

Quem fez o roteiro do filme que estou contando reservou um papel secundário para os países em vias de desenvolvimento, provavelmente para que a divisão de competências no mundo se mantivesse inalterada ao longo do tempo. Enquanto os países desenvolvidos exportam bem industriais, produtos transformados e lazer, os países em vias de desenvolvimento exportam matérias-primas de baixo valor agregado. Além disso, os que compram as matérias-primas impõem as condições de compra, sobretudo tendo em conta que quase todos são credores de dívida externa dos produtores. Desse modo, impõem condições que exigem que os países de Terceiro Mundo produzam com genética e tecnologia desenvolvidas pelo Primeiro Mundo.

Como se vê, o setor primário como tal tampouco se beneficiará no Terceiro Mundo, já que apenas alguns poucos produtores lucrarão com a situação. Além disso, o desmantelamento tarifário do Primeiro Mundo não foi acompanhado

de uma exigência de melhorias sociais por parte do Terceiro Mundo, o que é compreensível, pois a maior parte das grandes empresas primárias dos países em vias de desenvolvimento está capitalizada por estrangeiros, por isso não importa nem interessa a ninguém a melhora das condições de vida dos camponeses.

Como foi dito antes, a nova situação representa mais do mesmo para o Terceiro Mundo: políticas de desenvolvimento agrário baseadas na busca de divisas (exportação); importação de genética e tecnologia agrária que aumentam o desequilíbrio da balança comercial; submissão aos interesses estrangeiros; aumento das diferenças sociais; êxodo para as cidades; transculturação, perda de autoestima, problemas sociais e fome.

Para o Terceiro Mundo, nada será solucionado, os países também sacrificarão sua soberania alimentar a favor da manutenção do *status quo* internacional. Também aqui, ninguém perguntou, ninguém foi consultado, ninguém sabe muito bem o que está acontecendo, mas tudo segue adiante.

### **Os recursos zoogenéticos como base de nosso futuro**

Há alguns meses, discutia com alguns colegas brasileiros dedicados à genética e ao agronegócio. Eu os propunha diversificar o desenvolvimento rural, dedicar dinheiro para a pesquisa e o desenvolvimento das raças nativas (naturalizadas ou locais), dos sistemas tradicionais de produção e dos produtos autóctones. Minha proposta era conseguir, sem abandonar as produções destinadas à exportação, melhorar as condições do pequeno produtor rural e incluir a produção familiar de autoconsumo (*traspatio*).

Meus colegas me diziam que isso não era estratégico para o país, já que tinham que acabar com a imensa pobreza que muitos ainda padeciam e com a fome; para isso, teriam de conseguir divisas por meio da exportação.

Eu questionava então que, se o problema era a fome, como era possível que o maior exportador de carne bovina e o segundo exportador de suínos tivesse milhões de habitantes que nunca provaram a carne. Minha opinião é que com a revalorização das raças locais, poderemos produzir em qualquer lugar, já que são animais adaptados; portanto, as pessoas não terão que abandonar suas localidades. Com a valorização dos produtos locais aumentaremos a riqueza, crescendo interna e não externamente, beneficiando a autoestima e a dignidade dos pequenos produtores.

Para isso, é necessário que os governos sejam conscientes da capacidade de gerar riqueza a partir de suas raças e sistemas de produção, os quais não necessitam de tecnologia externa já que estão adaptados às condições do país, baseiam-se em genética nacional e dão origem aos genuínos produtos do território. Tudo isso se chama desenvolvimento endógeno e gera riqueza a partir da união de pequenas iniciativas individuais de muita gente e não a partir de grandes empresas geralmente com fortes componentes de capital estrangeiro.

A diversidade genética é um patrimônio essencial; com ela temos genótipos capacitados para produzir em qualquer ambiente do país. Além de não exigir compra exterior de genética, já que se trata de recursos próprios, são genótipos pouco exigentes em tecnologia externa, estão culturalmente integrados, o camponês sabe como usá-los, estão integrados ao ambiente e por isso são sustentáveis e geralmente estão nas mãos dos mais desfavorecidos, pessoas que não têm capacidade de financiar, por si mesmos, programas de pesquisa e desenvolvimento sobre as raças locais.

Felizmente, apesar da negligência dos governos e de todas as pressões das multinacionais, uma grande quantidade de recursos genéticos ainda sobrevive, o que nos faz ver o futuro com certo otimismo. Se conseguirmos a sensibilização de nossos governantes, técnicos, cientistas e da sociedade em geral, a favor dos recursos próprios, sem dúvida poderemos gerar um grande desenvolvimento a partir de nós mesmos, um desenvolvimento que afetará a um grande número de pessoas e manterá a população ligada à terra.

Nos países desenvolvidos, essa sensibilização já é uma realidade. O consumidor já pede produtos genuínos, apesar de seu sobrepreço, os governos locais apoiam suas

raças e produtos e existe uma sensação crescente de que é necessário proteger as raças autóctones e sistemas tradicionais de produção, como parte de nossa história e nossa cultura. A seguir, serão apresentadas algumas estratégias para melhorar nossas perspectivas de futuro, sobretudo para aproveitar a força da globalização para favorecer a tradição, a biodiversidade agropecuária e os sistemas tradicionais sustentáveis.

### **Estratégias**

- Os países devem conhecer seus recursos zoológicos e suas possibilidades para o desenvolvimento rural sustentável, base principal do desenvolvimento econômico em estados onde a maioria da população é rural.
- Os sistemas de produção tradicionais devem ser estudados, melhorados e favorecidos, já que têm mostrado sua sustentabilidade por séculos.
- Os produtos autóctones derivados da cultura local devem ser caracterizados, normalizados, protegidos e valorizados como uma medida de redistribuição da riqueza gerada com a exportação de matérias-primas.
- Os países não desenvolvidos devem, primeiramente, conquistar seus próprios mercados; neles existem faixas de população de alto poder aquisitivo que preferem os produtos importados.
- Com essas medidas, será gerada uma dinâmica econômica entre os pobres que, por sua vez, gerará crescimento centrípeto.
- A pesquisa e a formação devem-se realizar com a máxima qualidade e atualização possível, porém sem esquecer o próprio contexto. A primeira coisa que os técnicos e cientistas devem conhecer e solucionar é o contexto de seu próprio país.